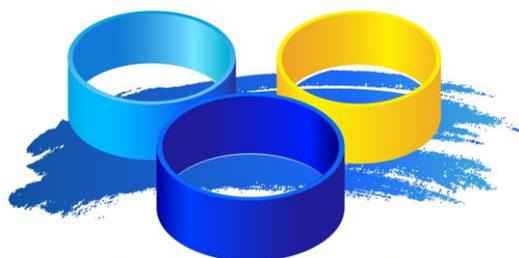


**PLANO DE AVALIAÇÃO
DO PROGRAMA OPERATIVO DE COOPERAÇÃO
TERRITORIAL**

**(Interreg V-A) Espanha-Portugal
(Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020**

CCI 2014TC16RFCB007



MAC 2014-2020
Cooperação Territorial

Índice

1. INTRODUÇÃO	2
2. ANTECEDENTES.....	4
3. OBJETIVOS E COBERTURA DO PLANO DE AVALIAÇÃO.....	8
4. RESPONSABILIDADES DE AVALIAÇÃO E MECANISMOS DE COORDENAÇÃO	10
5. LÓGICA E PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO.....	12
6. AVALIAÇÕES A DESENVOLVER	15
7. FICHAS DE AVALIAÇÃO	17

1. INTRODUÇÃO

A **Política de Coesão** apoia-se, entre os seus princípios básicos de funcionamento, na clara definição de procedimentos para a **avaliação**. Com efeito, a eficácia da ajuda dos Fundos depende, entre outros fatores, do estabelecimento de um sistema de avaliação fiável.

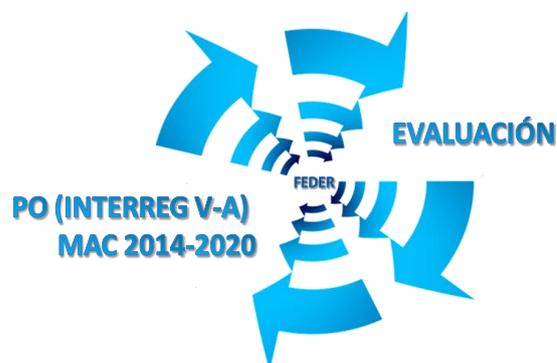
Neste quadro, a avaliação é definida como a análise dos *efeitos a curto e longo prazo das políticas, tanto sobre os grupos sociais ou situações para as quais a mesma foi concebida, como sobre a sociedade em geral, e a análise do ratio de custos atuais e futuros sobre qualquer um dos benefícios identificados*. Deste modo, através da observação, medição, análise e interpretação, procura-se emitir um julgamento valorativo sobre a conceção, colocação em prática, êxitos, resultados e impactos da política avaliada.

Tem por finalidade ser útil aos organismos encarregados da conceção e da execução das políticas públicas, assim como aos próprios beneficiários e aos cidadãos, no seu conjunto, na medida em que valorizam os êxitos que foram alcançados com a intervenção, assim como a problemática eventualmente surgida ao longo da sua implementação e as medidas adotadas para a sua resolução.

A avaliação adota um claro *caráter complementar ao procedimento de acompanhamento*, sendo este entendido como a etapa do ciclo de gestão relativa à execução dos projetos, cuja finalidade consiste em informar todos os agentes envolvidos sobre o estado em que a execução se encontra e verificar em que medida é que as atividades estão a ser desenvolvidas e os resultados e objetivos previstos alcançados.

Neste contexto, o Programa Operativo de Cooperação Territorial (Interreg V-A) Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020 está dotado do atual **Plano de Avaliação** em resposta aos requisitos regulamentares em matéria de avaliação.

Tais requisitos implicam a necessidade da execução de avaliações para o melhoramento da conceção e execução do Programa, assim como para a valorização da sua eficácia, eficiência e impacto, a garantia da existência dos recursos necessários para a execução das avaliações e a colocação dos relatórios e dos seus principais resultados à disposição do público.



REFERÊNCIAS NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES/DIRETRIZES DA COMISSÃO

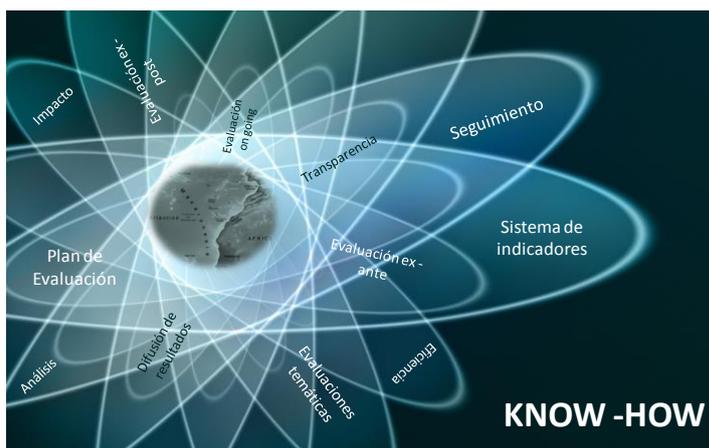
- ✈ Título V da Segunda Parte e Título III da Terceira parte do Regulamento (UE) Nº 1303/2013. No mesmo estão registadas as obrigações relativas à elaboração dos Planos de Avaliação, ao acompanhamento dos Programas, à avaliação dos programas propriamente dita e às funções dos Comités de Acompanhamento dos programas em matéria de avaliação.
- ✈ Preâmbulo 26 e Capítulo IV do Regulamento (UE) Nº 1299/2013 que alude, no que afeta o Plano de Avaliação, aos Relatórios de Execução.
- ✈ “The programming Period 2014-2020. Guidance Document on Monitoring and Evaluation. European Regional Development Fund and Cohesion Fund, Concepts and Recommendations”. Março de 2014.
- ✈ “The programming Period 2014-2020. Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy. European Regional Development, European Social Fund and Cohesion Fund. Guidance Document on Evaluation Plans. Terms of References for Impact Evaluations. Guidance on Quality Management of External Evaluations”. Fevereiro de 2015.
- ✈ Guidance Document on Evaluation Plans.
- ✈ Orientações de Interact registadas no documento "Evaluation plan (Questions and Answers)".

O **Plano de Avaliação** foi definido tendo em consideração a *experiência prévia* das atuações desenvolvidas no quadro dos programas de Cooperação Territorial Europeia no espaço MAC (Madeira, Açores e Canárias) e a consolidação dos sistemas de avaliação dos próprios Estados membros.

Com esta referência como ponto de partida e sob as orientações e/ou documentos guia criados pela Comissão Europeia ou Interact, adaptou-se o procedimento e a tipologia das avaliações às especificidades próprias do espaço de cooperação e à realidade institucional do Programa. Também se introduziu no procedimento de avaliação a necessária flexibilidade, que permitirá que se dê uma resposta efetiva e eficiente às eventuais necessidades de avaliação que possam surgir das tarefas de gestão ou acompanhamento ou que, se for caso disso, o Comité de Acompanhamento possa requerer.

2. ANTECEDENTES

A experiência prévia é um elemento importante na definição e posterior implementação do Plano de Avaliação, dado que permite a identificação dos aspetos e instrumentos que favoreceram a consecução dos objetivos do processo de acompanhamento e avaliação, assim como a identificação das áreas onde é necessário incorporar elementos de melhoria.



A cooperação territorial entre as RUP's do espaço MAC (Madeira, Açores e Canárias) e os países terceiros da sua zona tem vindo a ser objeto de avaliação de forma continuada ao longo do tempo, apresentando um grau de compromisso e envolvimento significativo. Uma amostra disso foi a elaboração de um Plano de Avaliação do Programa de Cooperação Transnacional MAC 2007-2013 que respondia às recomendações efetuadas pela Comissão Europeia¹, indo para além das exigências dos Regulamentos a este respeito.

A tabela seguinte regista os principais marcos de avaliação efetuados desde o ano de 2000, assim como a identificação dos fatores de êxito e as principais fraquezas dos procedimentos em cada um dos períodos de Programação (2000-2006 e 2007-2013).

¹ Documento de Trabalho Nº 5 da Comissão Europeia: Orientações sobre Avaliação.

TABELA 1. O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA MACARONÉSIA

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO	DISPÕE DE UM PLANO DE AVALIAÇÃO?	AVALIAÇÕES EFETUADAS		FATORES DE ÊXITO	FRAQUEZAS
2000-2006	Não	Avaliação <i>ex ante</i>	1999	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Enfatização da relevância da cooperação territorial para as RUP, assim como para o desenvolvimento de laços com territórios mais próximos e países vizinhos. ✦ Partilha de novas experiências, enfoques e metodologias em questões que caracterizam as regiões ultraperiféricas, contribuindo deste modo para o desenvolvimento e a coesão territorial dos três arquipélagos 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Baixo nível de flexibilidade, dado que o sistema estabelece momentos concretos de avaliação ao longo do período de execução do Programa. ✦ Ausência de avaliações temáticas
		Avaliação Intermédia do Programa	2004		
		Atualização da Avaliação Intermédia	2006		
		Análise Técnica dos Projetos	2007		
		INTERREG III Community Initiative (2000-2006) - Ex-Post Evaluation (CE)	2009		
2007-2013	SIM	Avaliação <i>ex ante</i>	2007	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Força da programação da avaliação com importantes elementos de flexibilidade. ✦ Execução de avaliações temáticas (como a avaliação do Plano de Comunicação) ✦ Participação crescente dos agentes envolvidos no desenvolvimento do Programa e dos projetos cofinanciados. 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Insuficiente desenvolvimento efetivo da avaliação estratégica do programa
		Avaliação Ambiental Estratégica	2007		
		Relatórios de Avaliação Contínua	Anual		
		Avaliação Intermédia do Plano de Comunicação	2011		
		Avaliação Final do Plano de Comunicação	2015		
Avaliação <i>ex post</i> do Objetivo de Cooperação Territorial Europeia (CE)	2015				

A valorização global dos procedimentos de avaliação e, se for caso disso, dos planos de avaliação concebidos nos dois períodos, pode ser efetuada através da observação dos princípios de avaliação.

Tal observação permite que se determine em que áreas é que o atual Plano de Avaliação poderá ser dotado de um carácter continuísta, incidindo nos elementos que gozaram de uma posição favorável e em quais é que deverão ser introduzidos melhoramentos, em consequência da identificação de maiores situações de fraqueza.

TABELA 2. O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO MAC

Princípios		2000-2006	2007-2013	Melhoramentos apresentados no período 2014-2020
GERAIS	Sistematicidade	++	+	+
	Flexibilidade	+	++	++
	Proporcionalidade	+	+	+
	Independência	++	++	++
	Parceria	+	++	++
	Transparência	++	++	++
OPERATIVOS	Determinação de hipóteses	+	++	Apresentação de hipóteses e objetivos estabelecidos a nível de indicadores, assim como de circunstâncias que requereriam uma avaliação
	Enfoque de processos e, sobretudo, resultados	+	+	Enfoque em resultados da Política de Coesão 2014-2020
	Fundamentado em indicadores verificáveis	+	+	Indicadores comuns e específicos
	Sustentado numa linha de base	+	+	Definição de valores de base de indicadores de resultado
	Análise de cenários contrafactuais	+	+	Metodologia de avaliações de impacto
	Formação e capacitação dos agentes participantes na avaliação	+	+	Imprevista atividade de formação e capacitação dos agentes participantes, mesmo que o recurso a pessoal especializado externo garanta os altos níveis de qualificação.
	Difusão dos resultados	+	+	Estratégia de difusão dos resultados a nível de avaliação prevista

+ Insuficiente
 + Adequado
 ++ Muito favorável

A leitura da mesma permite que se conclua que os procedimentos de acompanhamento e avaliação foram consolidados de forma progressiva no quadro da programação e desenvolvimento dos Programas de Cooperação Territorial da Macaronésia, alcançando um alto nível de integração no ciclo da gestão, com uma participação crescente das unidades ativas no seu desenvolvimento para se determinar a necessidade de execução de uma avaliação, o seu conteúdo e o debate e acompanhamento das recomendações derivadas das mesmas.

Elementos estes que, além disso, se fortalecem no quadro da Programação 2014-2020 através da definição do atual Plano de Avaliação.

Adicionalmente, no mesmo trabalhou-se no aperfeiçoamento dos elementos que apresentavam margem de melhoramento como:

- + A definição adequada de um sistema de indicadores que facilite as tarefas, tanto de acompanhamento como de avaliação, sustentado na definição de metas para 2023, assim como de bases de referência e marcos intermédios. Este avanço foi impulsionado pela orientação para resultados da programação dos Fundos EIE.
- + A concreção mais específica da metodologia de avaliação que se define de forma tipificada para cada avaliação prevista.
- + A definição de uma política de difusão dos resultados da avaliação que melhore a visibilidade dos mesmos por parte dos agentes envolvidos no Programa e no desenvolvimento dos projetos, assim como dos cidadãos no seu conjunto.

3. OBJETIVOS E COBERTURA DO PLANO DE AVALIAÇÃO

A Política de Coesão do período 2014-2020 apresenta uma clara orientação para resultados, que pretende intensificar a contribuição da mesma para a consecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020.

No quadro do Programa Operativo de Cooperação Territorial (Interreg V-A) Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020, esta orientação traduziu-se na conceção de um esquema de programação e avaliação, que tem por finalidade última *medir e conhecer os resultados dos programas e a sua contribuição para os objetivos da União*.

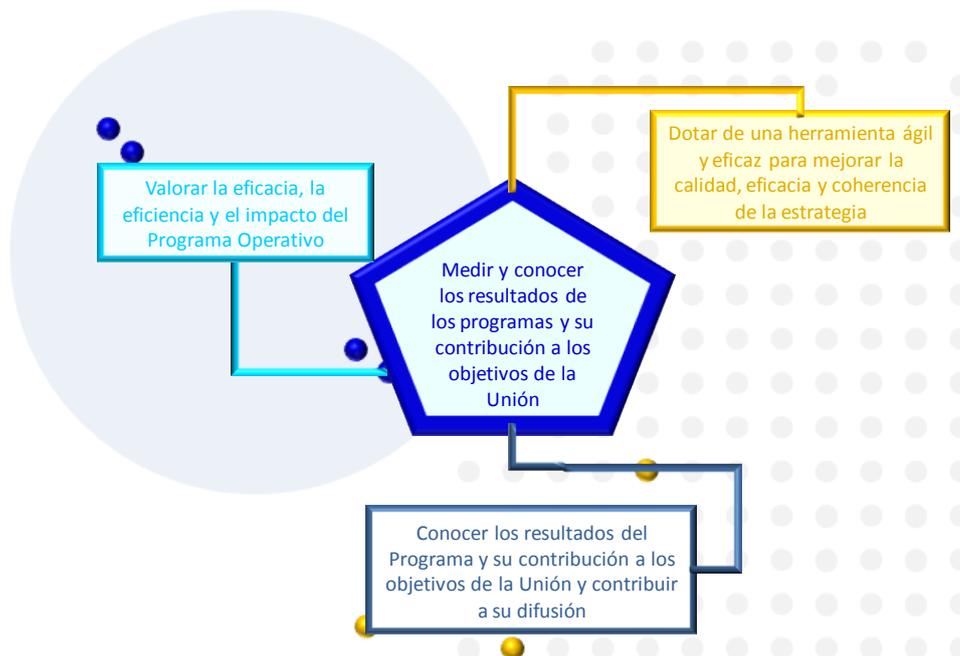
De acordo com isso, o **objetivo prioritário** do presente Plano de Avaliação é triplo e estrutura-se, por sua vez, em **objetivos de carácter intermédio** (6):

- + **Objetivo Estratégico:** Valorizar e melhorar a eficácia, a eficiência e o impacto do Programa Operativo.
 - + Adaptação da estratégia às necessidades das regiões da Madeira, Açores e Canárias, assim como dos Países terceiros participantes no Programa.
 - + Promoção e melhoramento da cooperação territorial na Macaronésia.

- + **Objetivo Operacional:** Dotar as Autoridades do Programa de uma ferramenta ágil e eficaz que permita o melhoramento da qualidade, eficácia e coerência da estratégia do Programa.
 - + Racionalização da execução das atuações através da identificação dos problemas na fase de implementação e identificação de alternativas que melhorem a mesma.
 - + Aplicação das lições da experiência que representam uma aprendizagem contínua sobre as normas de desenvolvimento do Programa e das soluções mais eficazes e eficientes adotadas face a diferentes tipos de problemas.

- + **Objetivo Informativo:** Conhecer os resultados do Programa e a sua contribuição para os objetivos da União e difundi-los aos beneficiários, potenciais beneficiários e conjunto dos cidadãos.
 - + Fomento da participação dos atores relevantes no território no procedimento de avaliação.
 - + Criação e análise de uma informação oportuna e fidedigna, que permita que se dê uma imagem real da execução do PO às Autoridades do mesmo, e igualmente aos restantes agentes participantes na fase de implementação, assim como aos cidadãos em geral.

ESQUEMA 1. ÁRVORE DE OBJETIVOS DO PLANO DE AVALIAÇÃO



A **cobertura do Plano de Avaliação** é definida em torno de três dimensões:

- ✦ **Estratégica:** O Plano de Avaliação abrange o Programa Operativo de Cooperação Territorial (Interreg V-A) Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020, embora o Comité de Acompanhamento possa decidir, no quadro do mesmo, apoiar a abordagem de avaliações mais amplas em cooperação com outros Programas de Cooperação Territorial.
- ✦ **Temporário:** O período sujeito a avaliação abrange desde 2014 até 2024, ano para o qual se prevê a apresentação da avaliação *ex post* a efetuar pela Comissão Europeia.

Não obstante, fica aberta a possibilidade da abordagem de avaliações de períodos de programação anteriores, ao critério do Comité de Acompanhamento.
- ✦ **Territorial:** O alcance territorial do Plano de Avaliação coincide com o Espaço de Cooperação (Açores, Madeira e Canárias mais Países Terceiros participantes no Programa: Cabo Verde, Senegal e Mauritânia), salvo no caso das cooperações anteriormente referidas, em que se ampliaria ao âmbito conjunto de análise.

4. RESPONSABILIDADES DE AVALIAÇÃO E MECANISMOS DE COORDENAÇÃO

O exercício de avaliação estrutura-se de uma forma coordenada e fundamentada nas lições da experiência de períodos anteriores e nas boas práticas relacionadas com a participação ativa das diferentes Administrações Públicas no desenvolvimento dos sucessivos Programas.

No caso particular do PO de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias, isto traduz-se numa estreita colaboração entre a Comissão Europeia e a Autoridade de Gestão.



- ✦ A Comissão Europeia, através da Unidade de Avaliação da Direção Geral da Política Regional, desempenha três funções prioritárias, como a contribuição de orientações sobre a forma de execução das avaliações, a execução de avaliações dos Programas por iniciativa própria e a elaboração da avaliação *ex post*, assim como de um resumo de síntese da mesma (artigos 56 e 57 do Regulamento (UE) N.º 1303/2013).
- ✦ A Vice-secretaria da Economia e Assuntos Económicos com a União Europeia do Governo das Canárias, como Autoridade de Gestão do PO, assume, pela sua parte, as seguintes tarefas (artigo 56 do Regulamento (UE) N.º 1303/2013):
 - ✦ A conceção deste Plano de Avaliação Programa Operativo de Cooperação Territorial (Interreg V-A) Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020.
 - ✦ Cumprimento das disposições do Plano.
 - ✦ O acompanhamento e a atualização, se for caso disso, dos indicadores estratégicos ou
 - ✦ Supervisão e direção técnica dos trabalhos de avaliação e aprovação dos seus resultados.
 - ✦ Acompanhamento dos resultados das avaliações e formulação de propostas a incorporar.
 - ✦ Impulsionamento à criação e reforço de capacidades.
 - ✦ Difusão dos resultados.
- ✦ A Secretaria Conjunta, por delegação da Autoridade de Gestão, assume as tarefas operativas da avaliação sob a coordenação da Autoridade de Gestão. Isso pressupõe, entre outras funções (artigo 54 do Regulamento (UE) N.º 1303/2013):

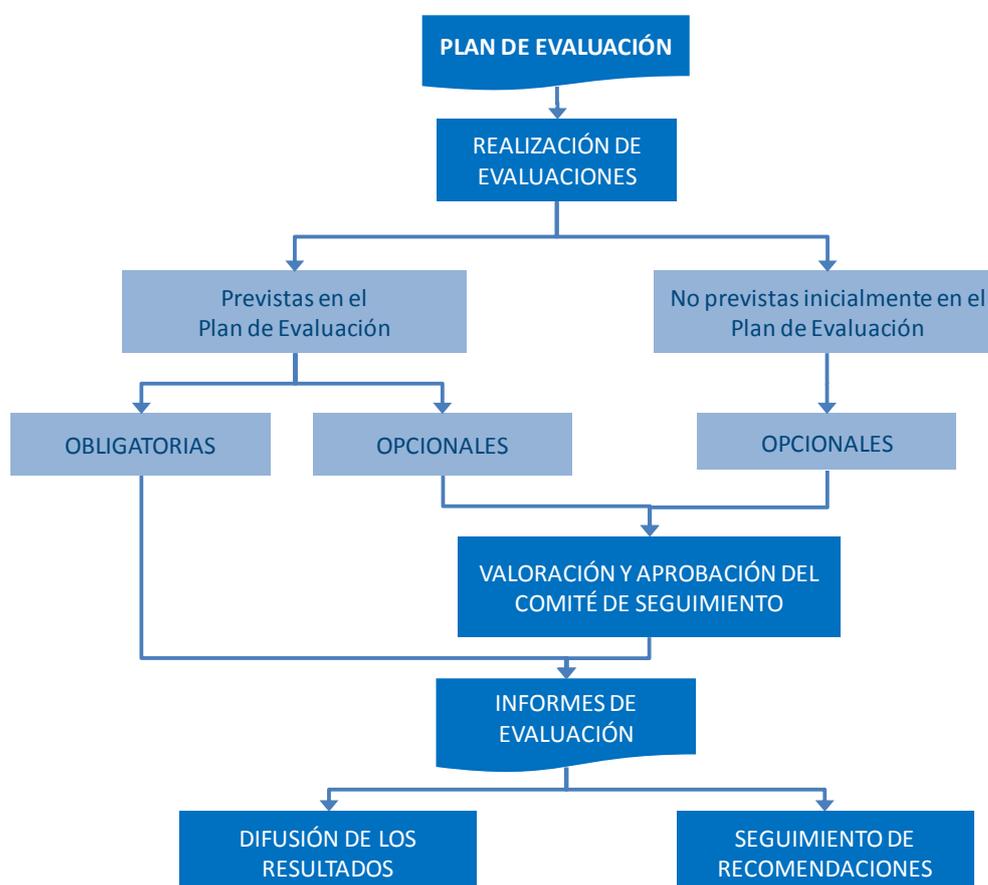
- ✦ Fornecer os recursos necessários para a execução das avaliações e velar pela existência de capacidade suficiente para a colocação em funcionamento do Plano de Avaliação. Neste sentido, a SC consta de três técnicos capacitados e com experiência em avaliação para realizar as tarefas de avaliação responsabilidade da SC/AG de forma interna. Também tem capacidade para contratar as avaliações externas que se determinam neste Plano e as que possa decidir levar a cabo o Comité de Acompanhamento. A SC poderá assim mesmo assistir a cursos, seminários e programas formativos relativos à avaliação e acompanhamento dos programas de cooperação (preferencialmente os organizados por INTERACT e a Comissão Europeia) e as despesas que se derivem de dita formação serão assumidas pelo orçamento de Assistência Técnica.
- ✦ Garantir a definição e colocação em funcionamento dos procedimentos que permitam a produção e recolha dos dados necessários para a execução das avaliações (indicadores de produtividade, resultado e comunicação, fundamentalmente).
- ✦ Tarefas de coordenação com outros Programas, caso aborem, de acordo com as recomendações da Comissão Europeia, alguma avaliação conjunta, ou efetuem intercâmbio de experiências.
- ✦ Os beneficiários, em última instância, proporcionarão as informações quantitativas e qualitativas relativas ao desenvolvimento das operações ou projetos cofinanciados, assim como aos resultados obtidos, às dificuldades enfrentadas e às medidas adotadas para a sua correção (artigo 54.2 do Regulamento (UE) N° 1303/2013).

5. LÓGICA E PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

As avaliações previstas no quadro do Programa Operativo de Cooperação Territorial (Interreg V-A) Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020 serão efetuadas pela autoridade de Gestão (Vice-secretaria da Economia e Assuntos Económicos com a União Europeia do Governo das Canárias) devendo todas as partes envolvidas no desenvolvimento do mesmo, com especial protagonismo dos beneficiários, cooperar nos trabalhos que sejam efetuados e facultar as informações que lhes sejam solicitadas para o efeito. **Todas as avaliações previstas neste Plano cobrirão todas as Prioridades de Investimento e Objectivos Específicos do programa.**

A lógica de avaliação e a conceção do procedimento foram estruturados em quatro fases:

✦ *ESQUEMA 2. LÓGICA E PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO*



✦ **FASE 1: ELABORAÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO.** A elaboração deste Plano de Avaliação constitui o ponto de partida da avaliação durante o período de programação.

No quadro do mesmo, elaborado seguindo as orientações da Comissão Europeia, ficam determinados, através das fichas de avaliação, a prioridade, o responsável, o alcance territorial, o período a que se refere, a temática, as perguntas de avaliação, a metodologia e os dados exigidos e

as fontes de informação; assim como, a partir de uma perspetiva mais operativa, a data de execução, o sistema de gestão da avaliação, a difusão e o custo previsto de cada uma das avaliações previstas.

A Autoridade de Gestão procederá à apresentação ao Comité de Acompanhamento do Plano, para a sua aprovação, o mais tardar um ano após a adoção do Programa Operativo de Cooperação Territorial (Interreg V-A) Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020.

- ✦ **FASE 2: EXECUÇÃO DAS AVALIAÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE AVALIAÇÃO.** A colocação em funcionamento e execução dos diferentes relatórios de avaliação previstos no Plano de Avaliação serão efetuadas nos termos estabelecidos nas fichas de avaliação (veja o capítulo 7) e sob a coordenação e supervisão da Secretaria Conjunta e, previsivelmente, mediante a contratação de assistências externas. **Neste sentido, dado que a decisão de levar a cabo as diferentes avaliações previstas com pessoal interno (SC) ou consultores externos tomar-se-á no momento oportuno dependendo das circunstâncias do programa, nas Fichas de Avaliação que contém este Plano somente se menciona a intenção provisória das abordar com meios internos ou externos.**

Durante o desenvolvimento desta fase, a Secretaria Conjunta assumirá as seguintes responsabilidades:

- ✦ Requisito de informações qualitativas e quantitativas necessárias para a resposta às perguntas de avaliação apresentadas em cada caso, tanto aos beneficiários como a qualquer outro agente envolvido no âmbito de análise (como autoridades competentes em matéria de igualdade de oportunidades entre os homens e as mulheres ou autoridades ambientais, agentes económicos e sociais ou organismos representantes da sociedade civil).
- ✦ Supervisão dos grupos de trabalho, mesas redondas, processos de pesquisa, etc., efetuados para o desenvolvimento das avaliações.
- ✦ Estudo e análise dos relatórios de avaliação.

Pela sua parte, os beneficiários assumem a responsabilidade de responderem aos requisitos de informação apresentados, tanto pela Secretaria Conjunta como pela Autoridade de Gestão, para o desenvolvimento ótimo dos processos de avaliação, assim como a participação nos grupos de trabalho, mesas redondas, entrevistas personalizadas, etc. que estejam previstos nas fichas de avaliação.

Durante esta fase, o Comité de Acompanhamento poderá valorizar a conveniência da execução de avaliações adicionais, previstas como opcionais neste Plano, ou outras adicionais.

- ✦ **FASE 3: ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EFETUADAS.** Depois de concluídos os relatórios de avaliação, a Secretaria Conjunta procederá à revisão das recomendações efetuadas e ao seu envio aos organismos e/ou beneficiários afetados pela mesma para o atendimento das recomendações.

A partir desse momento, tem início o período de acompanhamento, no quadro do qual a Secretaria constatará as medidas implementadas e os resultados alcançados pelas mesmas.

- ✦ **FASE 4: DIFUSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS.** **A difusão dos resultados das avaliações realizadas fá-se-á mediante a publicação das mesmas na página Site do programa e nas redes sociais existentes (Twitter, Facebook), mediante informação aos membros dos Comités de Gestão e de**

Acompanhamento e informando aos beneficiários e público em geral nos diferentes eventos, seminários e jornadas que realize o programa. Por suposto as avaliações serão remetidas à Comissão Europeia via SFC.

Neste contexto, cabe à Autoridade de Gestão e, se for caso disso, à Secretaria Conjunta, a execução das ações de comunicação previstas com o apoio, caso se considere oportuno, dos próprios beneficiários.

As linhas de difusão possíveis, em função do grupo ao qual estão destinadas, que poderão ser completadas com as que a Autoridade de Gestão/Secretaria Conjunta ou os beneficiários considerem oportunas, estão concretizadas na tabela seguinte:

✦ **TABELA 3. LINHAS DE DIFUSÃO PREVISTAS EM FUNÇÃO DOS DESTINATÁRIOS**

TIPOLOGIA DAS ATUAÇÕES	MODO DE INSTRUMENTAÇÃO	GRUPO DESTINATÁRIO
✦ Difusão das conclusões e recomendações aplicáveis à gestão do PO	Comité de Acompanhamento, Comité de Gestion e Web do programa	Organos de gestão do programa e Beneficiários
✦ Publicação do Plano de Avaliação, Avaliações efetuadas e outras documentações de interesse ✦ Difusão dos principais resultados das avaliações nos assuntos mais relevantes ✦ Participação dos responsáveis pela avaliação e especialistas em conferências, workshops e outros fóruns de intercâmbio e de informação	Web do Programa e redes sociais (Twitter, Facebook) Fóruns e encontros técnicos	Beneficiários e público em geral
✦ Ações de comunicação e difusão centradas em aspetos destacáveis da boa gestão e implementação do PO, assim como nos resultados e impactos das atuações selecionadas.	Notas e relatórios de síntese	Responsáveis políticos

6. AVALIAÇÕES A DESENVOLVER

Na fase de execução do Programa, a avaliação contínua pretende ser um elemento central no melhoramento da gestão do PO, tanto para as Autoridades do mesmo como para os restantes agentes envolvidos no seu desenvolvimento de um modo mais operativo.

Por conseguinte, converte-se num instrumento garante da qualidade, eficácia e eficiência na consecução dos objetivos operativos e estratégicos do Programa.

Esta avaliação abrange tanto a avaliação *ex ante*, como as avaliações ao longo do período de programação e a avaliação *ex post*, diferenciando as seguintes categorias:

✦ *Avaliações programadas em resposta aos requisitos regulamentares* e que, por conseguinte, têm caráter obrigatório.

AVALIAÇÃO	REFERÊNCIA REGULAMENTAR
Avaliação <i>ex ante</i> e Avaliação Ambiental Estratégica	Artigo 55 do Regulamento (UE) N° 1303/2013
Avaliação de objetivos/resultados para o relatório anual de 2017	Artigo 50.4 do Regulamento (UE) N° 1303/2013
Avaliação de objetivos/resultados para o relatório anual de 2019 e do relatório final, assim como quadro de desempenho	Artigo 50.5 do Regulamento (UE) N° 1303/2013
Avaliação da forma como o FEDER contribuiu para os objetivos de cada prioridade	Artigo 56.3 do Regulamento (UE) N° 1303/2013
Avaliação da Estratégia de Comunicação (*)	Anexo XII. Ponto IV.g)
Avaliação para a determinação da eficácia, eficiência e impacto do Programa	Artigo 56.3 do Regulamento (UE) N° 1303/2013
Relatório resumo das conclusões das avaliações efetuadas	Artigo 114.2 do Regulamento (UE) N° 1303/2013
Avaliação <i>ex post</i>	Artigo 57 do Regulamento (UE) N° 1303/2013

(*) O requisito normativo consiste em avaliar estes parâmetros pelo menos uma vez durante o período de programação, de modo que existe margem para a modificação da data proposta.

✦ *Avaliações de caráter opcional*. A revisão anual das necessidades de avaliação que o Comité de Acompanhamento efetuará, permitirá a determinação da conveniência, se for caso disso, da execução de avaliações adicionais. A este respeito, poder-se-ão valorizar as seguintes, assim como qualquer outra proposta pelo Comité de Acompanhamento:

- ✦ Avaliação da participação dos Países Terceiros no programa.
- ✦ Avaliação da contribuição do programa para a ITI azul e a Estratégia Atlântica.

Adicionalmente, em função das *possibilidades de colaboração* que possam surgir ao longo do período de Programação, o Comité de Acompanhamento poderá valorizar e definir eventuais cooperações em avaliações mais amplas com outros programas de Cooperação Territorial Europeia.

De acordo com isso, o *calendário indicativo* das avaliações a efetuar seria o que está registado na tabela seguinte, tendo em conta que este tem um carácter flexível no que se refere às avaliações opcionais e fica aberto à incorporação de todas aquelas cuja adição, se for caso disso, o Comité de Acompanhamento considerar pertinente.

✦ **TABELA 4. CALENDÁRIO INDICATIVO DAS AVALIAÇÕES PREVISTAS**

AVALIAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Avaliação <i>ex ante</i>									
Avaliação Ambiental Estratégica									
Avaliação de objetivos/resultados para o relatório anual de 2017									
<i>Avaliação intermédia da estratégia de comunicação</i>									
Avaliação da participação dos Países Terceiros no programa									
Avaliação de objetivos/resultados para o relatório anual de 2019 e quadro de desempenho									
Avaliação da contribuição do programa para a ITI azul e a Estratégia Atlântica									
Avaliação da estratégia de comunicação									
Relatório resumo das conclusões das avaliações efetuadas									
Avaliação de objetivos/resultados para relatório final									



Avaliações obrigatórias



Possibilidades de avaliação a serem consideradas pelo Comité de Acompanhamento

7. FICHAS DE AVALIAÇÃO

O plano de avaliação deve incluir um resumo das avaliações que serão efetuadas ao longo de 2014-2020. A metodologia proposta para se responder a esta recomendação das orientações da Comissão Europeia no quadro do atual Plano é o desenvolvimento de fichas de avaliação através das quais se detalham os principais elementos das Avaliações previstas.

Mais concretamente, os *elementos* referidos são:

- + Objeto de avaliação.
- + Organismo responsável.
- + Caráter.
- + Alcance territorial.
- + Período a avaliar.
- + Perguntas de avaliação.
- + Fontes de informação.
- + Metodologia.
- + Questões relacionadas com a gestão da avaliação.
- + Mecanismos de difusão.
- + Conclusões e recomendações (secção esta que será preenchida periodicamente depois da conclusão do processo de avaliação em cada caso).



Em qualquer caso, para as avaliações integradas no presente Plano de Avaliação com o qualificativo de opcionais, proceder-se-á ao preenchimento da respetiva ficha de avaliação no momento em que a mesma seja aprovada ou requerida pelo Comité de Acompanhamento. É o caso da Avaliação da participação dos Países Terceiros no programa, das eventuais cooperações em avaliações mais amplas com outros Programas de Cooperação Territorial ou da Avaliação da contribuição do programa para a ITI azul e para a Estratégia Atlântica.

AVALIAÇÃO EX ANTE

OBJETO DA AVALIAÇÃO	Apoiar e melhorar a qualidade da programação, assim como verificar os valores de referência para os indicadores de resultado e entender as necessidades de dados em futuras avaliações
---------------------	--

ORGANISMO RESPONSÁVEL	Autoridade de Gestão
-----------------------	----------------------

CARÁTER	<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO	<input type="checkbox"/> OPCIONAL
---------	---	-----------------------------------

ALCANCE TERRITORIAL	Espaço de cooperação
---------------------	----------------------

PERÍODO A AVALIAR	2014
-------------------	------

		TEMÁTICA	PERGUNTAS
		PERGUNTAS AVALIAÇÃO	DE
Tem uma adequada coerência interna e uma relação pertinente com outros instrumentos?			
Em que medida é o PO (OT e PI) com o MEC, o acordo de associação e as recomendações específicas por país?			
Como é que a produtividade esperada contribuirá para a consecução de resultados?			
Financeira	Existe coerência na atribuição dos recursos orçamentais por objetivos do Programa?		
Sistema de indicadores, acompanhamento e avaliação	Os indicadores propostos são pertinentes e claros?		
	As metas e marcos previstos de acordo com a ajuda são realistas?		
	Os procedimentos de acompanhamento e recolha de dados para a execução das avaliações são adequados?		
Mecanismos de execução	Quais as formas de ajuda propostas e com que argumentos é que se pode justificar a seleção?		
	Os recursos humanos e a capacidade administrativa para a gestão do PO podem ser considerados como adequados?		
	Foram previstas as medidas pertinentes para a redução da carga administrativa dos beneficiários?		
Princípios horizontais	Existem medidas adequadas para a promoção da igualdade entre os homens e as mulheres, a prevenção de todo o tipo de discriminação e o fomento do desenvolvimento sustentável?		

		FONTE	DADOS DISPONÍVEIS
		FONTES INFORMAÇÃO	DE
Institutos Nacionais de Estatística e EUROSTAT	Dados de contexto e indicadores de resultado		
Outros			
Grupos de trabalho	Linhas de atuação, necessidades e resultados		
METODOLOGIA		Avaliação de carácter eminentemente qualitativo. A análise mais qualitativa	

	<p>corresponde à verificação dos valores de referência para os indicadores de resultado, os marcos do quadro de desempenho e os objetivos para 2023.</p> <p>A análise da consistência, coerência interna e externa, princípios e objetivos estratégicos horizontais poderá adotar um caráter comparativo e de identificação da capacidade de criação de sinergias.</p>
--	--

GESTÃO DA AVALIAÇÃO	CRONOGRAMA	2014
	SISTEMA DE GESTÃO	<input type="checkbox"/> Interna <input checked="" type="checkbox"/> Externa <input type="checkbox"/> Mista
	ORÇAMENTO	21.300 € (inclui a EAE)

MECANISMOS DE DIFUSÃO	Comité de Acompanhamento	<input checked="" type="checkbox"/>
	Web do Programa	<input checked="" type="checkbox"/>
	Fóruns e encontros técnicos	<input type="checkbox"/>
	Notas e Relatórios de síntese	<input type="checkbox"/>
	Outros: (Especificar) Foi enviada para a CE via SFC	<input checked="" type="checkbox"/>

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	EFETUADA E INCORPORADA NO PROGRAMA OPERATIVO APROVADO PELA C.E
-------------------------------	--

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (EAE)

OBJETO DA AVALIAÇÃO	Avaliar os efeitos do Programa Operativo de Cooperação Territorial (Interreg V-A) Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020 no meio ambiente
---------------------	---

ORGANISMO RESPONSÁVEL	Autoridade de Gestão
-----------------------	----------------------

CARÁTER	<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO	<input type="checkbox"/> OPCIONAL
---------	---	-----------------------------------

ALCANCE TERRITORIAL	Espaço de cooperação
---------------------	----------------------

PERÍODO A AVALIAR	2014
-------------------	------

PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	TEMÁTICA	PERGUNTAS
	Estratégia	Quais os elementos que permitem o esboço do Programa?
Análise do contexto ambiental	Que valorização é que se depreende do diagnóstico ambiental do espaço de cooperação?	
Opções de programação e objetivos ambientais	A programação cumpre os objetivos ambientais? Existem outras alternativas de seleção possíveis? Em que medida é que estas cumprem os objetivos ambientais?	
Efeitos e medidas	Que medidas é que contribuem para a prevenção e redução dos efeitos significativos adversos das medidas contempladas no Programa?	
Acompanhamento	Quais os instrumentos existentes ou a conceber para a implementação de um programa de vigilância ambiental que facilite o acompanhamento do cumprimento e da eficácia das medidas adotadas?	

FONTES DE INFORMAÇÃO	FONTE	DADOS DISPONÍVEIS
	Revisão da literatura	Institutos Nacionais de Estatística e EUROSTAT
Outros	Grupos de trabalho	Dados de contexto e indicadores de resultado
Consulta pública		Efeitos significativos e medidas
		Contribuições efetuadas por grupos de especialistas e conjunto dos cidadãos

METODOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> → Apreciação dos objetivos de proteção ambiental relacionados com o Programa. → Análise da situação ambiental de partida: Diagnóstico ambiental do espaço de cooperação (análise em profundidade de aspetos ambientais de relevância e identificação de problemas ambientais). → Determinação dos prováveis efeitos significativos sobre o meio ambiente vinculados às linhas de atuação → Proposta de medidas corretivas e valorização de alternativas. → Avaliação da qualidade dos dispositivos para o acompanhamento ambiental
-------------	--

GESTÃO DA AVALIAÇÃO	CRONOGRAMA	2014
	SISTEMA DE GESTÃO	<input type="checkbox"/> Interna <input checked="" type="checkbox"/> Externa <input type="checkbox"/> Mista

	ORÇAMENTO	21.300 € (incluindo na Avaliação <i>ex ante</i>)
--	-----------	---

MECANISMOS DE DIFUSÃO	Comité de Acompanhamento	<input checked="" type="checkbox"/>
	Web do Programa	<input checked="" type="checkbox"/>
	Fóruns e encontros técnicos	<input type="checkbox"/>
	Notas e Relatórios de síntese	<input type="checkbox"/>
	Outros: (Especificar) Foi enviada para a CE via SFC	<input checked="" type="checkbox"/>

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	EFETUADA, CONCLUSÕES INCORPORADAS NO PROGRAMA APROVADO PELA C.E
----------------------------	---

AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS/RESULTADOS PARA O RELATÓRIO ANUAL DE 2017

OBJETO DA AVALIAÇÃO	Avaliar a evolução do Programa Operativo de Cooperação Territorial (Interreg V-A) Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020, tanto no que respeita à sua execução ou estado de progresso em fins de 2017, como aos avanços na consecução dos Objetivos Específicos.
ORGANISMO RESPONSÁVEL	Autoridade de Gestão
CARÁTER	<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO <input type="checkbox"/> OPCIONAL
ALCANCE TERRITORIAL	Espaço de cooperação
PERÍODO A AVALIAR	2014-2017

	TEMÁTICA	PERGUNTAS
	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	Estado de Progresso do Programa
Estado de progresso do programa no cumprimento do quadro de desempenho. Progressos alcançados para os marcos de 2018.		
Como é que a implementação dos princípios horizontais foi tida em consideração?		
I+D+i		Em que medida é que se conseguiu promover a internacionalização dos sistemas regionais de inovação?
		Foi aumentada a participação conjunta das regiões nos Programas Europeus de I+D+i?
		Que avanços é que se verificaram na interação entre a universidade e os centros de investigação com a indústria a partir do âmbito tecnológico?
Melhoramento da competitividade empresarial		Em que medida é que se conseguiu o melhoramento da transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos para o setor empresarial?
Promover a adaptação à mudança climática e à prevenção e gestão de riscos		Como é que o Programa contribuiu para o melhoramento do potencial competitivo das regionais? Traduziu-se numa maior internacionalização das empresas?
		Em que medida é que se conseguiu um aumento da capacidade de previsão, vigilância e preparação para a redução dos danos ou a abordagem das potenciais ameaças?
Conservar e proteger o meio ambiente e promover a eficiência dos recursos		Fortaleceu-se a preparação para se responder a situações de emergência?
	Em que medida é que o Programa contribuiu para o aumento da valorização dos bens naturais? Propiciou-se um maior desenvolvimento de atividades com relevância socioeconómica?	
		Como é que o Programa contribuiu para a conservação e gestão da natureza?

	Melhorar capacidade institucional e eficiência da AAPP	a e a	O Programa conseguiu impulsionar processos de aproximação, encontro e cooperação entre os diferentes agentes intervenientes? Em que medida é que estes se traduziram num melhoramento da qualidade de vida dos habitantes do Espaço de Cooperação?
--	--	-------	--

		FONTE	DADOS DISPONÍVEIS
FONTES DE INFORMAÇÃO		Aplicação informática MAC 2014-2020	Indicadores de produtividade
		Eurostat	Indicadores de resultado
		SCOPUS Database	
		Relatórios Intermédios dos projetos apoiados pelo POMAC	
		Base de dados de comércio externo	
		Pesquisas a atores relevantes do território	Indicadores de resultado
		Entrevistas personalizadas, grupos de trabalho, questionários e/ou revisão documental	Resultados alcançados

METODOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> → Medição da eficácia (comparação dos valores alcançados com os programados do ponto de vista financeiro e físico – indicadores de produtividade e de resultado). → Medição da eficiência (comparação entre o custo unitário programado e o incorrido). → Análise de vigência da lógica de intervenção e da estrutura do Programa (revisão da conceção da árvore de objetivos e do quadro lógico de intervenção, para se garantir a continuidade da consistência do Programa e a sua capacidade para enfrentar os desafios identificados na programação). → Medição dos resultados alcançados e dos avanços na consecução dos Objetivos Específicos do Programa (valorização preliminar da contribuição do Programa para as alterações ocorridas nos indicadores de resultado).
-------------	--

GESTÃO DA AVALIAÇÃO	CRONOGRAMA	2018
	SISTEMA DE GESTÃO	<input type="checkbox"/> Interna <input checked="" type="checkbox"/> Externa <input type="checkbox"/> Mista
	ORÇAMENTO INDICATIVO	10.000 euros

MECANISMOS DE DIFUSÃO	Comité de Acompanhamento	<input checked="" type="checkbox"/>
	Web do Programa e redes sociais	<input checked="" type="checkbox"/>
	Fóruns e encontros técnicos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Notas e Relatórios de síntese	<input checked="" type="checkbox"/>
	Outros: (Especificar) Será enviada para a CE via SFC	<input checked="" type="checkbox"/>

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	[A preencher após a execução da avaliação]
----------------------------	--

AValiação de Objetivos/Resultados para o Relatório Anual de 2019 e Quadro de Desempenho

OBJETO DA AVALIAÇÃO	<p>Avaliar a evolução do Programa Operativo de Cooperação Territorial (Interreg V-A) Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias [MAC]) 2014-2020, tanto no que respeita à sua execução ou estado de progresso em fins de 2019, como aos avanços na consecução dos Objetivos Específicos.</p> <p>Avaliar a eficácia, eficiência e impacto do Programa, nos termos estabelecidos no <i>artigo 56.3 do Regulamento (UE) Nº 1303/2013</i>.</p>
----------------------------	---

ORGANISMO RESPONSÁVEL	Autoridade de Gestão
------------------------------	----------------------

CARÁTER	<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO <input type="checkbox"/> OPCIONAL
----------------	---

ALCANCE TERRITORIAL	Espaço de cooperação
----------------------------	----------------------

PERÍODO A AVALIAR	2014-2019
--------------------------	-----------

PERGUNTAS AVALIAÇÃO	TEMÁTICA	PERGUNTAS
		<p>Estado de Progresso do Programa</p> <p>I+D+i</p> <p>Melhoramento da competitividade empresarial</p> <p>Promover a adaptação à mudança climática e a prevenção e gestão de riscos</p> <p>Conservar e proteger o meio ambiente e promover a eficiência dos recursos</p> <p>Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da AAPP</p>

	Impacto do Programa	Qual o impacto do Programa Operativo? Qual teria sido a evolução caso os projetos cofinanciados não tivessem sido postos em funcionamento?
FONTES DE INFORMAÇÃO	FONTE	
	DADOS DISPONÍVEIS	
	Aplicação informática MAC 2014-2020	Indicadores de produtividade
	Eurostat	Indicadores de resultado
	SCOPUS Database	
	Relatórios Intermédios dos projetos apoiados pelo POMAC	
	Base de dados de comércio externo	
Pesquisas a atores relevantes do território	Indicadores de resultado	
Entrevistas personalizadas, grupos de trabalho, questionários e/ou revisão documental	Resultados alcançados e impacto	
METODOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Medição da eficácia (comparação dos valores alcançados com os programados do ponto de vista financeiro e físico – indicadores de produtividade e de resultado). ✦ Medição da eficiência (comparação entre o custo unitário programado e o incorrido). ✦ Análise de vigência da lógica de intervenção e da estrutura do Programa (revisão da conceção da árvore de objetivos e do quadro lógico de intervenção, para se garantir a continuidade da consistência do Programa e a sua capacidade para enfrentar os desafios identificados na programação). ✦ Medição dos resultados alcançados e dos avanços na consecução dos Objetivos Específicos do Programa (valorização preliminar da contribuição do Programa para as alterações ocorridas nos indicadores de resultado). ✦ Avaliação de impacto. Esta poderá ser efetuada, em função das informações disponíveis e sem carácter excludente, através das seguintes metodologias: <ul style="list-style-type: none"> ✦ <u>Avaliação de impacto baseada na teoria</u>, que segue cada passo da lógica de intervenção, identificando os mecanismos da alteração, respondendo às perguntas sobre porquê e como é que uma intervenção funciona. Este enfoque produz principalmente uma estimativa qualitativa dos impactos. ✦ <u>Avaliação de impacto contrafactual</u>, baseada na análise comparativa de grupos de controlo. Este método é útil para a quantificação da alteração ocorrida que seja consequência direta ou indireta do Programa Operativo. Uma quantificação rigorosa dos impactos implica contrafactuais que permitam que se avalie o que teria acontecido na ausência de uma intervenção específica. <p>Neste âmbito, também se abordará a medição da contribuição do Programa para a consecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020, particularmente no que se refere ao crescimento inteligente e ao crescimento sustentável.</p>	
GESTÃO DA AVALIAÇÃO	CRONOGRAMA	2020
	SISTEMA DE GESTÃO	<input type="checkbox"/> Interna <input checked="" type="checkbox"/> Externa <input type="checkbox"/> Mista
	ORÇAMENTO INDICATIVO	15.000 euros

MECANISMOS DE DIFUSÃO	Comité de Acompanhamento	<input checked="" type="checkbox"/>
	Web do Programa e redes sociais	<input checked="" type="checkbox"/>
	Fóruns e encontros técnicos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Notas e Relatórios de síntese	<input checked="" type="checkbox"/>
	Outros: (Especificar) Sera enviada para a CE via SFC	<input checked="" type="checkbox"/>

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	<i>[A preencher após a execução da avaliação]</i>
----------------------------	---

AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS/RESULTADOS PARA RELATÓRIO FINAL

OBJETO AVALIAÇÃO	DA	<p>Analisar as informações fundamentais sobre a execução final do Programa e as suas prioridades relativamente aos dados financeiros e aos indicadores de produtividade.</p> <p>Avaliar o grau final de consecução dos objetivos do Programa, incluindo a contribuição do FEDER para as alterações provocadas nos valores dos indicadores de resultados em cada objetivo específico, assim como a contribuição do Programa para a Estratégia Europa 2020.</p>
-------------------------	-----------	---

ORGANISMO RESPONSÁVEL	Autoridade de Gestão
------------------------------	----------------------

CARÁTER	<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO	<input type="checkbox"/> OPCIONAL
----------------	---	-----------------------------------

ALCANCE TERRITORIAL	Espaço de cooperação
----------------------------	----------------------

PERÍODO A AVALIAR	2014-2020
--------------------------	-----------

		TEMÁTICA	PERGUNTAS
PERGUNTAS AVALIAÇÃO	DE	Análise geral de eficácia e eficiência na execução	Qual foi, em última instância, a eficácia e eficiência do Programa? Como é que a implementação dos princípios horizontais foi tida em consideração?
		I+D+i	Em que medida é que se conseguiu promover a internacionalização dos sistemas regionais de inovação?
			Foi aumentada a participação conjunta das regiões nos Programas Europeus de I+D+i?
			Que avanços é que se verificaram na interação entre a universidade e os centros de investigação com a indústria a partir do âmbito tecnológico?
			Em que medida é que se conseguiu o melhoramento da transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos para o setor empresarial?
		Melhoramento da competitividade empresarial	Como é que o Programa contribuiu para o melhoramento do potencial competitivo das regionais? Traduziu-se numa maior internacionalização das empresas?
		Promover a adaptação à mudança climática e a prevenção e gestão de riscos	Em que medida é que se conseguiu um aumento da capacidade de previsão, vigilância e preparação para a redução dos danos ou a abordagem das potenciais ameaças?
			Fortaleceu-se a preparação para se responder a situações de emergência?
Conservar e proteger o meio ambiente e promover a eficiência dos recursos	Em que medida é que o Programa contribuiu para o aumento da valorização dos bens naturais? Propiciou-se um maior desenvolvimento de atividades com relevância socioeconómica?		

	Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da AAPP	Como é que o Programa contribuiu para a conservação e gestão da natureza? O Programa conseguiu impulsionar processos de aproximação, encontro e cooperação entre os diferentes agentes intervenientes? Em que medida é que estes se traduziram num melhoramento da qualidade de vida dos habitantes do Espaço de Cooperação?
	Impacto do Programa	Qual o impacto do Programa Operativo? Qual teria sido a evolução caso os projetos cofinanciados não tivessem sido postos em funcionamento?
FONTES DE INFORMAÇÃO	FONTE	
	Aplicação informática MAC 2014-2020	Indicadores de produtividade
	Eurostat	Indicadores de resultado
	SCOPUS Database	
	Relatórios Intermédios dos projetos apoiados pelo POMAC	
	Base de dados de comércio externo	
	Pesquisas a atores relevantes do território	Indicadores de resultado
	Entrevistas personalizadas, grupos de trabalho, questionários e/ou revisão documental	Resultados alcançados
METODOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Medição da eficácia (comparação dos valores alcançados com os programados do ponto de vista financeiro e físico – indicadores de produtividade e de resultado). ✦ Medição da eficiência (comparação entre o custo unitário programado e o incorrido). ✦ Análise de vigência da lógica de intervenção e da estrutura do Programa (revisão da conceção da árvore de objetivos e do quadro lógico de intervenção, para se garantir a continuidade da consistência do Programa e a sua capacidade para enfrentar os desafios identificados na programação). ✦ Medição dos resultados alcançados e dos avanços na consecução dos Objetivos Específicos do Programa (valorização preliminar da contribuição do Programa para as alterações ocorridas nos indicadores de resultado). ✦ Avaliação de impacto. Esta poderá ser efetuada, em função das informações disponíveis e sem caráter excludente, através das seguintes metodologias: <ul style="list-style-type: none"> ✦ <u>Avaliação de impacto baseada na teoria</u>, que segue cada passo da lógica de intervenção, identificando os mecanismos da alteração, respondendo às perguntas sobre porquê e como é que uma intervenção funciona. Este enfoque produz principalmente uma estimativa qualitativa dos impactos. ✦ <u>Avaliação de impacto contrafactual</u>, baseada na análise comparativa de grupos de controlo. Este método é útil para a quantificação da alteração ocorrida que seja consequência direta ou indireta do Programa Operativo. Uma quantificação rigorosa dos impactos implica contrafactuais que permitam que se avalie o que teria acontecido na ausência de uma intervenção específica. <p>Neste âmbito, também se abordará a medição da contribuição do Programa para a consecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020, particularmente no que se refere ao crescimento inteligente e ao crescimento sustentável.</p>	

GESTÃO DA AVALIAÇÃO	CRONOGRAMA	2022
	SISTEMA DE GESTÃO	<input type="checkbox"/> Interna <input checked="" type="checkbox"/> Externa <input type="checkbox"/> Mista
	ORÇAMENTO INDICATIVO	15.000 euros
MECANISMOS DE DIFUSÃO	Comité de Acompanhamento	<input checked="" type="checkbox"/>
	Web do Programa e redes sociais	<input checked="" type="checkbox"/>
	Fóruns e encontros técnicos	<input checked="" type="checkbox"/>
	Notas e Relatórios de síntese	<input checked="" type="checkbox"/>
	Outros: (Especificar) Sera enviada para a CE via SFC	<input checked="" type="checkbox"/>
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	<i>[A preencher após a execução da avaliação]</i>	

AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

OBJETO DA AVALIAÇÃO	Avaliar o grau de consecução dos objetivos da Estratégia de Comunicação do PO, a eficácia e o impacto das medidas de comunicação empreendidas quanto a resultados e efeitos conseguidos e a visibilidade dos Fundos e a própria UE entre os cidadãos da Macaronésia.
ORGANISMO RESPONSÁVEL	Autoridade de Gestão
CARÁTER	<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO <input type="checkbox"/> OPCIONAL
ALCANCE TERRITORIAL	Espaço de cooperação
PERÍODO A AVALIAR	2014-2020
PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS
	Qual a valorização do processo de planeamento da Estratégia de Comunicação do Programa (objetivos, destinatários, medidas, orçamento indicativo, indicadores, etc.)?
	Em que medida é que foram postas em funcionamento as medidas/atuações previstas na Estratégia de Comunicação? Verificaram-se desvios ou erros?
	A Estratégia de Comunicação contribuiu para o aumento da capacidade de comunicação dos projetos na difusão dos seus êxitos e resultados?
	Que conclusões é que a valorização das atividades desenvolvidas permite que se alcancem?
	O uso de ferramentas para a maximização do impacto das atuações relativamente às necessidades de informação e aos objetivos da Estratégia foi adequado?
	Como é que foi efetuada a execução por grupos destinatários?
	Quais os meios materiais e humanos dedicados aos aspetos da comunicação? Podem ser considerados como suficientes?
	Foram conseguidos os objetivos estabelecidos na Estratégia de Comunicação ao longo do período de 2014-2020? Quais as principais dificuldades identificadas?
	Como é que o grau de visibilidade e consciencialização do Programa melhorou nos destinatários (diretos e indiretos)?
Que projetos/atuações é que se podem destacar como boas práticas, tanto gerais como de comunicação? Sob quais critérios?	
Quais as principais conclusões tiradas e as recomendações a considerar, tendo em vista o próximo período de programação?	

	FONTE	DADOS DISPONÍVEIS
FONTES DE INFORMAÇÃO	Análise documental	Análise de estratégia, necessidades, etc.
	Informação de execução de comunicação proveniente dos IAE, Relatórios finais de execução dos Projetos e informação da aplicação informática MAC 2014-2020	Indicadores de acompanhamento da comunicação
	Pesquisas a beneficiários e potenciais beneficiários	Indicadores de acompanhamento e de impacto
	Questionários compilados em seminários	Pertinência, eficácia e clareza das informações dada nos seminários
	Informação proveniente da página web do programa (http://www.mac-interreg.org/)	Número de visitas à Web do Programa e número de descargas efetuadas dos diversos documentos disponíveis
METODOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Análise do processo de planeamento da Estratégia de Comunicação do Programa. ✦ Avaliação da execução efetiva do plano e identificação de eventuais desvios, assim como da sua justificação. ✦ Avaliação das atividades e ferramentas de comunicação utilizadas e da sua adequação aos grupos destinatários e das suas necessidades e da consecução dos objetivos. ✦ Identificação de boas práticas gerais e em matéria de comunicação. ✦ Recomendações e propostas de melhoramento para as ações futuras. 	
GESTÃO DA AVALIAÇÃO	CRONOGRAMA	2022 Com <u>caráter opcional</u> o Comité de Acompanhamento valorizará a possibilidade da execução de uma <u>avaliação intermédia da Estratégia de Comunicação em 2018</u>
	SISTEMA DE GESTÃO	<input type="checkbox"/> Interna <input checked="" type="checkbox"/> Externa <input type="checkbox"/> Mista
	ORÇAMENTO INDICATIVO	15.000 euros
MECANISMOS DE DIFUSÃO	Comité de Acompanhamento <input checked="" type="checkbox"/> Web do Programa e redes sociais <input checked="" type="checkbox"/> Fóruns e encontros técnicos <input checked="" type="checkbox"/> Notas e Relatórios de síntese <input checked="" type="checkbox"/> Outros: (Especificar) Sera enviada para a CE via SFC <input checked="" type="checkbox"/>	
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	[A preencher após a execução da avaliação]	

RELATÓRIO RESUMO DAS CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES EFETUADAS

OBJETO DA AVALIAÇÃO	Apresentar um relatório de síntese, com as principais conclusões das avaliações efetuadas durante o período de programação de 2014-2020 e a produtividade e principais resultados do Programa Operativo, e registar as observações sobre as informações comunicadas.		
ORGANISMO RESPONSÁVEL	Autoridade de Gestão		
CARÁTER	<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO	<input type="checkbox"/> OPCIONAL	
ALCANCE TERRITORIAL	Espaço de cooperação		
PERÍODO A AVALIAR	2014-2020		
FONTES DE INFORMAÇÃO	FONTE	DADOS DISPONÍVEIS	
	Relatórios de avaliação elaborados durante o período de programação 2014-2020	Principais conclusões e recomendações efetuadas nos diferentes processos de avaliação.	
METODOLOGIA	→ Revisão e análise documental das principais conclusões e recomendações efetuadas durante os diferentes processos de avaliação efetuados no período de programação 2014-2020. → Poder-se-á incluir, caso se considere oportuno, um resumo do acompanhamento das recomendações efetuadas.		
GESTÃO DA AVALIAÇÃO	CRONOGRAMA	2022	
	SISTEMA DE GESTÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Interna	<input type="checkbox"/> Externa <input type="checkbox"/> Mista
	ORÇAMENTO INDICATIVO	N.A.	
MECANISMOS DE DIFUSÃO	Comité de Acompanhamento	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Web do Programa e redes sociais	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Fóruns e encontros técnicos	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Notas e Relatórios de síntese	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Outros: (Especificar) Sera enviada a CE via SFC	<input checked="" type="checkbox"/>	
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	<i>[A preencher após a execução da avaliação]</i>		

